

## Reflexões e Propostas para atuação representativa junto ao Conselho da SBF 2021-2025

Prezadas Associadas, Prezados Associados, Prezada Comunidade Brasileira de Física,

Gostaria de contar com a vossa gentil atenção para o texto que segue, em que exponho perspectivas de conjuntura e teço interpretações das finalidades fundantes da SBF, das quais extraio guias para o exercício representativo de conselheiro, buscando esclarecer, assim, as motivações da candidatura para as eleições que se inauguram em breve.

Parece-me apropriado considerar que o conjunto de incisos que compõem o Artigo 2º do Estatuto da SBF deixa evidente que a consecução dos objetivos constitutivos da SBF reside em sistemática e incisiva ação política, porque há forte – e coerente – afirmação do coletivo reunido nesta Associação (físicas e físicos) como protagonistas de uma atuação concreta, e de sua inserção em domínio humano mais amplo, com citação a ciências correlatas, à ciência como valor em si, a profissionais de todo o mundo, e, ainda que tácita, suavemente contornada, à ideia de um projeto de País que prime por seu desenvolvimento. Também por coerência, e pretendendo-se sustentável, necessariamente humano.

A tradução em prioridades dessa ação política não é tarefa simples, porque qualquer extração, mesmo que destemida frente a eventuais contestações, precisa ser duplamente representativa, mantendo a integridade das finalidades estatutárias e merecendo o reconhecimento de físicas e físicos de que esta sociedade que as(os) reúne cumpre a missão de ecoar suas vozes. É instrutivo, contudo, amparar-se nas construções verbais presentes no Estatuto que convidam tais prioridades: congregar, zelar pela liberdade de ensino e pesquisa, zelar pelo prestígio da ciência (note-se, para além da Física), zelar por direito dos(as) atuantes, prestar apoio, e assim por diante. Temos por finalidade, portanto, ação afirmativa em defesa da ciência e de cientistas, percebidos(as) como elementos integrantes de uma visão de sociedade.

Comungo da percepção de que vivemos um desdobramento (ao menos parcialmente) previsível<sup>1</sup> da ruptura vivida em 2016 - e reiterada em 2018 -, em que se instalou, violentamente, o pleito por hegemonia de um ultraliberalismo que se alimenta de e remove obstáculos com desonestidade obscurantista. A inaceitável continuidade dos ataques, emanados do comando executivo da República, com a desídia dos outros poderes, lentos hoje, sumários há cinco anos, às medidas sanitárias de contenção da disseminação do Sars-Cov-2 e de suas variantes, desde as básicas e individuais às que requerem organização administrativa protagonizada por poderes, tem carreira fácil na fabricada – mas pouco combatida, reconhecemos - perda de legitimidade do discurso científico no seio da sociedade. Desqualificam-nos, e uma recente tradição de neutralidade política da SBF – assim não fomos fundados, basta rápida leitura das finalidades da Sociedade – afasta-nos de discurso reconhecível pelo conjunto de cidadãs e cidadãos. Se pairarmos angelicais, confundindo critérios de imparcialidade com alienação e descompromisso social e político, a desvalorização do discurso e, portanto, da própria prática científica, restará avassaladora, e a ciência restará indefesa.

São inúmeras as perdas populares, e essas não cessarão, no processo histórico, se não urdirmos, em construção coletiva com todo o espectro das vocações científicas (para muito além da arbitrária circunscrição de área correlata), a viabilização do acesso educacional a uma

---

<sup>1</sup> Carta à SBF, de 29 de setembro de 2016, assinada por mais de três centenas de Físicas e Físicos. Aquelas e aqueles a quem se deve atenção imperativa, segundo o Estatuto.

formação calcada no espírito crítico, no estímulo à assertividade, no apreço ao debate, na universalidade que acolhe a diversidade e que demanda irrenunciável premissa do que habitamos denominar inclusão, mas que deve ser percebida como afirmação de direito humano fundamental, sem deixar qualquer rastro de concessão. E tal perspectiva não pode submeter-se a partições do processo formativo. Deve ser ampla, plena, o que implica trabalhá-la desde o ensino fundamental. Esta é uma questão ética, de princípios, e também de sustentabilidade. É razoável esperar súbita adesão, em nível médio ou superior, ao pensamento de referência científica insuficientemente apresentado ao longo de quase uma década desde a inauguração da aprendizagem escolarizada? Será bem-vinda à costura plural da cultura popular uma visão científica que tardou, no processo formativo, a participar de diálogos e sentimentos? Pode-se recorrer ao reconhecimento da sociedade assim negligenciada em momentos de necessidade de apoio frente a governos que asfixiam – deliberadamente, como projeto - a pesquisa básica e aplicada?

O projeto ultraliberal posto não despreza a ciência. A luta já seria árdua se assim fosse. Antes, tem a ciência, a autonomia intelectual, a independência de pensamento como inimigas. A concessão máxima a que se dispõe é a de seu sequestro escravizado para ganhos seletivos. Ganhos de seus próprios interesses.

E alia-se, pela simbiose da imposição violenta, a práticas políticas de matriz autoritária, persecutória e repressora, que acumula episódios de constrangimento à liberdade de cátedra, de pesquisa e de exercício de debate científico. É irrecusável posicionarmo-nos diante dos atentados às bases da ciência. Não é premissa aceitável não nos pronunciarmos porque o(a) profissional atingido(a) pelo arbítrio não é físico(a).

Entendo que não é uma opção histórica, para quem discursa defender a ciência, deixar de se insurgir contra o que está em marcha.

Se a dimensão política do discurso parece sobressair e negligenciar a centralidade, para o Conselho da SBF, da afirmação da atividade científica, resta ainda exclamar constatação e correlação de difícil contestação: a própria existência de sociedades científicas, idealmente representativas – assim somos, para a totalidade do conjunto a que alude o Estatuto? - e as recentes atuações junto à construção de legislação pertinente ao FNDCT deixam inegável a necessidade da assertividade política.

Mas não é suficiente a ação em nível de lideranças. É preciso ação na base. É preciso prospecção capilarizada, é preciso conhecer cada periferia do sistema educacional, entender suas dificuldades, ditas de própria voz, e atuar para revertê-las, desde o ensino fundamental, e desmanchar o falso pressuposto de que a Física deve tomar conta apenas de si, enquanto o pensamento é agredido, enquanto a vida de nossos(as) interlocutores(as), o conjunto trabalhador da sociedade, é precarizada.

Há iniciativas da SBF de inegável valor nesse contexto, na direção da afirmação de direitos e de universalidade da atividade científica. O Fórum de coordenadores(as) de Licenciaturas, o repositório de cursos, a Comissão de gênero, as Secretarias Regionais. Todas essas ações precisam ser enfatizadas, estendidas e integradas. São dimensões de atuação que guardam sua própria identidade, mas que não desconhecem superposições e merecem permanente diálogo. Todas essas iniciativas subvertem desigualdades. Erguem-se contra injustiças, que não devemos deixar repousarem sob suavizações, constatações conformistas de desequilíbrio ou desproporção, como se restassem aceitáveis as desigualdades de gênero, raça, regionais,

econômico-sociais, como se as “circunstâncias” não trouxessem exercício de viés, mais ou menos consciente.

A emergência de novas mídias e o papel já hegemônico das redes sociais na difusão de informações – não necessariamente de conhecimento, não necessariamente primando pela honestidade intelectual – precisam ser acompanhados e formatos e conteúdos aprendidos pela SBF, ou por qualquer organização que se queira fazer ouvir e ler. Em oposição a uma rendição à subtração dos caminhos consagrados de interlocução e formação, deve-se buscar apresentar a Física como campo de debate e aprendizagem capaz de expressar-se em todos os canais. Em paralelo, deve-se acompanhar legislação pertinente às redes sociais, envidando esforços para a supressão de máquinas de repetição.

Também devem ter estímulo à centralidade as questões ambientais, desde a repercussão educacional de cultura com essa atenção até a participação em iniciativas transdisciplinares em que a Física possa protagonizar construção de conhecimento e de soluções. Esta deve ser área prioritária de convergência com outras sociedades científicas.

Em suma, entende-se que devem ser prioritárias as atenções:

- à formação de professores e professoras da educação básica, às atividades de divulgação científica, buscando consolidar a atitude científica na interpretação do mundo como pilar na construção de visão emancipatória da sociedade frente ao desenvolvimento científico e tecnológico;
- a iniciativas como o repositório de cursos, estendendo-o a todas as dimensões e níveis formativos;
- à ampliação de ações online para alcance formativo amplo e incorporação da linguagem das redes como dimensão extra de atuação. Neste contexto, organizar estratégia de resposta à disseminação de incongruências em nossa área, convocando associados(as) a produzirem contraponto e a divulgá-lo, além de acompanhar legislação pertinente às redes sociais, envidando esforços para a supressão de máquinas de repetição;
- à integração das Olimpíadas de Física, como instrumento de reconhecimento vocacional e de fundação de cultura científica em perspectiva de universalização educacional;
- a alcançar profissionais e estudantes que ainda não percebem a SBF como espaço integrador, comunitário, representativo e de potência para a criação de condições de trabalho e de realização de vocações; a SBF não deve aguardar ser provocada em ações por quem já a reconhece e alcança, mas estender-se à máxima capilaridade. Neste sentido, é essencial reforçar a descentralização, com ênfase nas Secretarias Regionais. A superação de hegemonias históricas de estados e regiões pelo desenvolvimento integrado da atividade científica em todo o país tem que ser concreto compromisso de nossa Sociedade;
- ao recém-criado Fórum de Coordenadores(as) das Licenciaturas;
- à postura propositiva incisiva de estrutura curricular, em enfrentamento da BNCC e de suas consequências para o ensino de Física (e de ciências). É central preservar o espaço de aprendizagem e a oportunidade de contato com eixos básicos de conteúdo programático, tanto para a cultura científica da sociedade quanto para eventual sequência formativa em Física, seja em Licenciatura ou em Bacharelado;

- ao MNPEF, agregando à formação continuada uma prospecção sistemática do cenário formativo em Física e ciências no ensino público e privado;
- à ênfase no enfrentamento das sub-representações, dando centralidade à Comissão de gênero e disparando prospecções de outras alienações de protagonismo, fomentando o equilíbrio desde a sugestão vocacional no ensino fundamental à liderança nas atividades de pesquisa;
- ao reconhecimento da SBF pela sociedade como voz coletiva em defesa intransigente de preceitos constitucionais, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, e à livre expressão de ideias e à liberdade de cátedra;
- à cooperação com outras sociedades científicas, entendidas em amplo espectro de áreas do conhecimento, na perspectiva de transdisciplinaridades consistentes, e na defesa do pensamento autônomo e emancipatório;
- à ação política coordenada com demais sociedades científicas, com alcance parlamentar, constante, assertiva, propositiva;
- à defesa de físicas, físicos e estudantes, nos eixos: i) periferias da formação e da atuação: afastamento geográfico e acesso a fraco financiamento evidenciam centralização deletéria à expansão da atividade e atração de vocações ; ii) carreiras em ciência e suas condições de trabalho, fortemente díspares, mesmo no cenário público. Em particular, defesa da centralidade da pesquisa na carreira EBTT; iii) sub-representações, desigualdades; iv) vulnerabilidades e sustentabilidade.
- à inserção da atividade científica na dimensão de proposição tecnológica, em atenção aos marcos regulatórios em inovação: eixo migratório – porque ainda pouco habitado - de forte interesse social e econômico, mas que deve ser acompanhado de decisivo apoio à ciência básica, como elemento estruturante indissociável. A SBF deve defender o papel central do Estado no fomento à pesquisa científica, básica e aplicada.
- à prioridade ao financiamento de profissionais formados(as) e em formação, e da continuidade de suas atividades, enquanto sem posição estável.

Finalmente, entende-se que a pesquisa qualificada, de nível internacional de competência que se apresenta no país deve guardar centralidade e não pode ter menor apoio por parte da SBF. As questões da Ciência serão sempre nosso interesse vocacional e razão de ser da SBF. Mas essa perenidade traz como elemento de sustentabilidade, de renovação permanente, a atenção sistemática aos processos educacionais e formativos, desde o nível fundamental. A recuperação de recursos e investimento estatal na pesquisa científica é inadiável, mas é pouco promissora, nos médio e longo prazos, se a precarização da educação pública caminhar para a disfunção aguda. A desconstrução formativa em ciências pode resultar na aniquilação da ciência deste país.

Cortam-se recursos, o que mata o presente, cancelam-se interesses e desejos, deixando estéril o futuro.

Afirma-se ser urgente, para preservar a Física, ir muito além da Física.

**Álvaro L. M. A. Nogueira**, Professor Associado do Cefet/RJ. Pesquisa em Teoria de Campos e Interações Fundamentais. Colaborador do Polo UniRio do MNPEF/SBF.